

ZOOM SEMANAL

Servidores reforçam mobilização contra a Reforma Administrativa

No último dia 14, representantes da Condsef/Fenadsef e de entidades sindicais das esferas federal, estadual e municipal realizaram um ato em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados, em Brasília.

A mobilização teve como objetivo denunciar os riscos da Reforma Administrativa, que ameaça direitos dos servidores e pode precarizar os serviços públicos. O SINDSEP segue firme na luta e reforça a importância da mobilização de toda a categoria.

[Veja matéria completa](#)



Mobilização na votação do Plebiscito Popular pelo fim da escala 6x1

O Sindsep está engajado na mobilização nacional do Plebiscito Popular 2025, que propõe o fim da escala 6x1, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, com mais taxação para os super-ricos.

A votação segue até setembro e já movimentou todo o Brasil. O Sindsep convoca seus filiados e a sociedade a participarem dessa construção coletiva.

[Veja matéria completa](#)



Congresso quer cortes sociais para ampliar número de parlamentares

Enquanto deputados e senadores exigem do Executivo cortes em programas sociais e pressionam pela aprovação da Reforma Administrativa, que ameaça direitos dos servidores públicos, o próprio Congresso Nacional aprova a criação de 18 novas vagas na Câmara Federal.

A contradição escancara a prioridade dos parlamentares: atacar o serviço público e o povo, enquanto aumentam sua própria estrutura de poder e gastos com a máquina legislativa.

O Sindsep repudia mais esse ataque à classe trabalhadora e reafirma seu compromisso com a luta por justiça fiscal, valorização do serviço público e respeito aos direitos sociais.

[Veja matéria completa](#)

Condsef/Fenadsef faz balanço das mobilizações

O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, fez um balanço positivo da jornada de lutas dos servidores públicos nas últimas semanas em Brasília.

As mobilizações reuniram trabalhadores das esferas federal, estadual e municipal, com ações estratégicas realizadas no aeroporto da capital, nos corredores do parlamento e na entrada do Congresso Nacional.

A jornada teve como foco a defesa dos serviços públicos, a luta contra a Reforma Administrativa e o fortalecimento da pauta unificada dos servidores.

Sérgio Ronaldo destacou a importância da pressão constante sobre os parlamentares e da mobilização permanente da categoria em todo o país.

[Veja matéria completa](#)



Interesse dos EUA em barrar Lei de Proteção de Dados é ameaça à democracia do Brasil

Atacar a democracia e a soberania nacional tem como meta atender aos interesses econômicos por parte das grandes corporações e plataformas, as chamadas Big Techs, e por isso que o governo dos Estados Unidos colocou como parte dos argumentos para impor a taxa de 50% sobre as exportações brasileiras, o fato do Brasil ter criado a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Para o governo de Donald Trump, a LGPD impõe restrições excessivas à transferência de dados para fora do país, o que dificultaria o processamento de informações, especialmente as financeiras e de saúde dos brasileiros.

Um grande grupo de lobby financiado pelas Big Techs dos Estados Unidos (EUA) – que tem como membros Google, Meta, Microsoft, Amazon, Uber, Apple, Pinterest e E-Bay – está ligado à ameaça de Donald Trump de investigar práticas comerciais do Brasil. A CCIA, sigla em inglês para Associação da Indústria de Computadores e Comunicações (Computer & Communications Industry Association), elaborou um mapeamento de todas as ações que o Executivo e o Legislativo brasileiro tomaram e iriam contra os interesses das Big Techs. A entidade aplaudiu a taxa sobre o Brasil minutos após Trump anunciar as sanções. A informação é da Agência Pública.

“Tudo que está acontecendo, está dialogando com algo que é fundamental, que é a questão da democracia e da nossa soberania. Principalmente a questão da soberania digital, que estamos desde o ano passado brigando pela regula-

ção das plataformas, do reconhecimento facial, as Deepfake [técnica de síntese inteligência artificial que usa vídeo de pessoas com falas falsas, dando a impressão de serem reais]. Não podemos simplesmente deixar que aumente ainda mais o discurso e ódio dessas redes por meio de algoritmos que a gente não sabe como funciona, por não ter transparência. Vivemos um momento muito delicado”, diz Admirson Medeiros Ferro Júnior (Greg), secretário de Economia Solidária da CUT Nacional e coordenador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

O interesse dos Estados Unidos, na avaliação de Greg, é uma briga mundial porque o Brasil está assumindo a coordenação dos BRICS – um bloco que cresce a cada dia e que ameaça o domínio norte-americano no mundo.

“Os avanços tecnológicos vão dominar as formas de produção e a platformização do trabalho. Hoje o mundo digital está afetando todas as áreas do conhecimento, todas as áreas econômicas e políticas do mundo inteiro”, diz.

A atuação do lobby das Big Techs se estende ao Congresso Nacional que até o momento não colocou em votação a Lei nº2338/23 sobre o uso da Inteligência Artificial, denuncia Greg.

“As Big Techs estão investindo pesado em lobbies, diariamente, lá dentro do Congresso e dentro do governo brasileiro para não ter regulação. Ninguém fala mais do assunto e a gente precisa que o projeto volte a andar, que as plataformas sejam regularizadas e responsáveis pelo que é publicado

em suas redes”, defende.

Por enquanto estão sendo realizadas audiências públicas sobre o tema com a participação de sindicatos, federações e confederações dos trabalhadores, mas Greg entende que para avançar é preciso mais apoio dos movimentos sindicais.

O dirigente explica os três pilares da regulação das Big Techs

O combate à desinformação e aos crimes digitais passam pela questão da transparência do algoritmo, as falhas no processo de moderação que a plataforma tem, que lá entra todo mundo publicando fake news e Deepfakes que só crescem.

O segundo pilar é a questão é limitar essa exploração predatória dos atos pessoais, inclusive com regulação do reconhecimento facial.

O último pilar diz respeito à questão da governança ética e da inteligência artificial.

“A gente precisa fazer nossas próprias regras no ambiente digital, proteger os cidadãos desse abuso tecnológico e, assumir essa questão da liderança. O governo brasileiro tem que estar atento à soberania digital no Brasil e a hora é agora, não dá para esperar”, conclui.

Greg também faz parte da coordenação de uma comissão com respeito à Comissão de Direito à Comunicação que trata de direito, comunicação e liberdade de expressão e coordena uma relatoria que trata da questão da inteligência artificial e direitos humanos.